



GÊNERO NA PRODUÇÃO AGRÍCOLA FAMILIAR – uma análise do Desenvolvimento Rural na Mata Sul de Pernambuco e as precárias condições de trabalho da mulher agricultora.

Rosiglay Cavalcante de Vasconcelos¹

Evelyn Souto Viana²

Emyli Souto Viana³

RESUMO: As transformações na produção capitalista com a mundialização do capital ocasionaram mudanças significativas nas relações sociais de trabalho. No Meio Rural essas mudanças se configuram com a precarização do trabalho da mulher, mediante o acúmulo de tarefas na produção agrícola familiar. No assentamento Frescondim/Mata Sul de PE, a implantação da agroindústria da polpa de frutas reafirmou o processo de dominação, exploração e opressão da mulher agricultora através da divisão sexual do trabalho, já que o papel do homem é gerência e comercialização a produção; enquanto à mulher cabe o papel de ajudante e da produção do doce da fruta.

Palavras-chave: Neoliberalismo. Agricultura Familiar. Divisão Sexual do Trabalho. Precarização do Trabalho da Mulher.

ABSTRACT: The transformations in capitalist production with the globalization of capital led to significant changes in the social relations of work. In Rural these changes are configured with precarious employment for women through the accumulation of jobs in family farming. In the settlement Frescondim / Southern Forest EP, deployment of agribusiness fruit pulp reaffirmed the process of domination, exploitation and oppression of women through agriculture sexual division of labor, since the man's role is management and marketing production, while the woman has the role of helper and production of fresh fruit.

Keywords: Neoliberalism. Family Agriculture. Sexual Division of Labor. Precarious Work of Women.

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: rosi_glay@hotmail.com.

² Especialista. Faculdade Fransinetti do Recife (FAFIRE).

³ Estudante de Pós-Graduação. Faculdade Boa Viagem (FVB).



1. INTRODUÇÃO

A reflexão sobre a mundialização do capital e suas consequências nas transformações nas relações sociais do trabalho, através da “flexibilização” da produção, está relacionada às precárias condições de trabalho para a mulher na divisão sexual do trabalho. Essas transformações do trabalho emergem no Meio Rural no período em que ocorre a institucionalização da agricultura familiar no Brasil, decorrente das lutas sociais no campo.

Nesse contexto, a região da Mata Sul de Pernambuco a partir de sua formação social histórica é considerada uma área emblemática, já que o latifúndio e a cultura da cana predominam desde o período colonial. Na década de 1990, com a crise das usinas açucareiras e o processo de assentamento rural, o plantio da graviola se destaca na produção agrícola familiar, e assim, se dá a implantação da agroindústria da polpa da fruta no assentamento Frescondim.

Busca-se, com isso, analisar as precárias condições de trabalho da mulher agricultora na divisão sexual do trabalho na produção agrícola familiar, mediante a implantação da agroindústria da polpa da fruta e “flexibilização” do trabalho do homem na condição de produtor.

2. O NEOLIBERALISMO E A PRODUÇÃO AGRÍCOLA FAMILIAR.

Na contemporaneidade as transformações na produção capitalista determinam as mudanças societárias e ocasionam, assim, mudanças significativas no modo de vida da classe trabalhadora e nas relações sociais de produção⁴. Expressa pelo Projeto Neoliberal⁵, como um sistema que conduz as relações sociais, essas transformações são

⁴ O sentido do trabalho abordado nesse estudo refere-se à condição do indivíduo de reproduzir sua existência por meio de funções primárias de mediações, estabelecidas entre eles e no intercâmbio e interação com a natureza, dadas pela ontologia singularmente humana do trabalho, pelo qual a autoprodução e a reprodução societal se desenvolvem (ANTUNES, 2009).

⁵ O neoliberalismo é o regime de acumulação flexível que se firmou diante do colapso do sistema fordista-keynesiano na década de 1970. Nesse sentido, a acumulação flexível decorre de rápida mudança de fluidez e



pautadas pela flexibilização nas relações de trabalho, desregulamentação das relações comerciais e privatização das instituições do Estado.

Essa reorganização do capital evidencia desta forma a crise que o sistema vivencia desde a mudança da produção fordista para a produção toyotista, na segunda metade do século XX, que de acordo com a concepção de Netto (2012) pode ser caracterizada como um prólogo de uma terceira crise sistêmica⁶, afetando o conjunto da ordem do capital. Na concepção de Hirata (1995) a reorganização do capital do modo de produção fordista/taylorista para a “flexibilização” da produção está relacionada ao papel do homem na sociedade, e por isso, cabe à mulher o papel secundário.

Para Kergoat (2010) a divisão social do trabalho tem sua tripla dimensão: de classe, de gênero e raça, consideradas relações de produção a partir de uma perspectiva materialista, histórica e dinâmica da sociedade, que se expressa mediante as formas crônicas de exploração, dominação e opressão. Como relação antagônica entre dois grupos sociais, as relações sociais ocorrem a partir de uma disputa, em que as relações sociais de gênero e de raça estão relacionadas às relações sociais de classes. Isto é, são relações de consubstancialidade e coextensividade.

É nesse contexto de transformações e contradições do capital, que no Meio Rural as lutas sociais culmina no processo de assentamento rural, marcando a década de 1990, no governo de Fernando Henrique Cardoso, como um reflexo da resistência dos trabalhadores rurais. Para Martins (2000) a sofrida e sangrenta resistência dos posseiros à sua expulsão violenta da terra para beneficiar grileiros e latifundiários impôs ao Estado brasileiro, nos anos mais difíceis e repressivos da ditadura, a necessidade de atenuar e redefinir parcialmente o seu projeto fundiário.

As lutas sociais já ocorriam desde o período militar, e representou o início do processo de regularização da situação fundiária dos posseiros de extensas regiões do

de incertezas, caracterizados por processos de trabalho e mercados mais flexíveis, de mobilidade geográfica e de rápidas mudanças práticas de consumo (HARVEY, 2009).

⁶As crises cíclicas que, desde a segunda década do século XIX, são próprias do sistema capitalista. No caso da crise sistêmica não é uma mera crise que se manifesta quando a acumulação capitalista se vê obstaculizada ou impedida. A crise sistêmica se manifesta envolvendo toda a estrutura da ordem do capital (...) a primeira crise emergiu em 1873, marcada por uma depressão de mais de duas décadas; a segunda crise sistêmica explodiu em 1929, envolveu o globo; e atualmente todas as indicações sólidas apontam para uma terceira crise sistêmica que os primeiros sinais sobrevieram com a crise da Bolsa de Nova York, em 1987 (NETTO, 2012).



país, considerado um legítimo ato de reforma agrária que impõe limites ao processo expropriatório que daria ao país uma estrutura fundiária muito mais concentrada e latifundistado que a atual (MARTINS, 2000).

O processo de assentamento rural viabilizou a institucionalização de políticas públicas, quando esse segmento social passou a ser reconhecido pelo Estado a partir da década de 1990 - com a Política de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, que direciona a organização política da produção familiar para o sistema de cooperativismo, representando uma organização política de uma empresa rural, mas que é gerenciada pelos próprios produtores familiares. Esse sistema significa a modernização agrícola da produção de alimentos para o país⁷.

Contudo, uma das problemáticas evidenciadas por Wanderley (2009) caracteriza-se pelo controle que o grande capital exerce sobre o agricultor familiar, através dos mecanismos do mercado: tipos de cultivo, formas de comercialização, alocação da força de trabalho, os processos produtivos, todos os objetos de um poder de decisão que cada vez mais escapa ao pequeno produtor.

Na concepção de Mota, Amaral e Peruzzo (2010), na América Latina, de modo geral, o desenvolvimento dessa etapa do capitalismo se deparou com condições históricas particulares, principalmente no que diz respeito aos projetos de governantes que durante as eleições realizadas nos anos 90 – auge da expansão do capital parasitário – que construíram discursos que tinham como pilares fundamentais o crescimento econômico com desenvolvimento social.

No que se refere à divisão social do trabalho na produção agrícola familiar, a política de desenvolvimento rural, reflexo da mundialização do capital, ocorre mediante a implantação da agroindústria na produção, e reafirmar a divisão sexual do trabalho,

⁷ A agricultura familiar foi reconhecida oficialmente como um ator social produtor de uma outra concepção de agricultura, diferente e alternativa à agricultura latifundiária e patronal dominante no país. O Programa de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF, Decreto Nº 1.946, de 28/06/1996) estabelecido no Brasil nos anos 90 apesar de todas as limitações imposta a sua adoção efetiva, constitui uma expressão dessa mudança (WANDERLEY, 2000).



através dos princípios da separação (entre homens e mulheres) e da hierarquização (homem produtor, mulher reprodutora), conforme constata Kergoat e Hirata (2007).

3. A AGRICULTURA FAMILIAR E AS RELAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO NA MATA SUL DE PERNAMBUCO.

No contexto econômico e político do capital neoliberal as pessoas trabalhadoras da agricultura familiar são analisadas como uma categoria social do meio rural, que se expressa na tensão da condição de trabalhador subordinado ao capital ou ao projeto de autonomia⁸, enquanto produtor direto. Essa posição ambígua da Agricultura Familiar, na concepção de Neves (1995), representa um sistema classificatório e setorial, através de uma visão dicotômica, cujo termo contraposto é a unidade capitalista de produção agrícola ou empresa capitalista na sua forma contraditória.

A agricultura familiar pode ser caracterizada de acordo com Wanderley (2009) como aquela que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. Isso porque o caráter familiar não é um mero detalhe superficial ou descritivo, já que é uma estrutura produtiva ao associar família-produção-trabalho e tem como consequências fundamentais a forma como ela age econômica e socialmente.

Nas condições históricas e econômicas da realidade da Mata Sul de Pernambuco, a crise açucareira provocou a queda do número de usinas e destilarias da região de forma assustadora, entre 1990 e 1997, ocasionando assim diversos problemas e preocupações para os governantes nordestinos. Para Andrade (2011), essa localidade é uma área emblemática na história dos conflitos sociais do campo, marcada pelas relações sociais de produção agrícola e pela predominância do latifúndio da cana desde o período colonial.

⁸ Essa tensão decorre do significado da agricultura familiar, quando emergiu no cenário mundial ainda na década de 1970 a partir da institucionalização do Estado, considerada uma camada de agricultores capazes de se adaptar às modernas exigências do mercado, em oposição aos demais “pequenos produtores”, incapazes de assimilar estas modificações. Mas é preciso acrescentar que o agricultor/a além de ser uma forma social de organizar a produção compreende também um sujeito de lutas sociais (WANDERLEY, 2009).



No tocante a produção na agricultura familiar, a divisão sexual do trabalho reafirma a condição da mulher de ajudante e responsável pelos serviços domésticos; enquanto ao homem cabe o papel de chefe da família. Um dos pontos principais dessa relação desigual e assimétrica é a compreensão das relações sociais de gênero, que no mundo rural, representa a precarização do trabalho da mulher agricultora. Para Hirata (2009) a divisão sexual da precarização do trabalho não pode ser explicada ou elucidada sem que se recorra à dimensão extratrabalho, principalmente à relação entre os homens e as mulheres no universo doméstico.

4. A AGROINDÚSTRIA DA POLPA DE FRUTAS E AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DA MULHER NO ASSENTAMENTO FRESCONDIM/MATA SUL DE PERNAMBUCO.

O Assentamento Frescondim, município de Gameleira, Mata Sul do Estado de Pernambuco, surgiu no ano de 1995, com o parcelamento da terra e o assentamento das famílias através da Política Estadual *Terra e Comida* para a área rural. Nesse período foi fundada sua associação - *Associação dos Trabalhadores Rurais do Assentamento 21 de Novembro*⁹ - referente à data que os trabalhadores rurais ocuparam a terra e exigiram sua desapropriação por parte do Poder Público.

Esse Assentamento possui 143 hectares de terra e foi dividido em 195 parcelas para atender 130 famílias, em média cada família tem no máximo 4 hectares de terra, e desse total 20% das terras são destinadas para a reserva florestal, de acordo com a legislação ambiental. Na produção de culturas, esse local, atualmente, destaca-se na produção da cultura da graviola, o que faz com que o município de Gameleira seja

⁹ Essas informações foram obtidas na Associação dos Trabalhadores Rurais do Assentamento 21 de Novembro, no período de Dezembro/2012 a Fevereiro/2013, através de entrevistas concedidas pelas principais lideranças locais, entre os quais o presidente da Associação, como também mediante pesquisa em documentos da própria Associação, da internet e no Programa Estadual de Apoio ao Pequeno Produtor Rural - ProRural.



considerado o segundo maior produtor do Estado de Pernambuco. Essa condição possibilitou o Estado a investir na implantação da agroindústria da polpa da fruta¹⁰.

Um dos aspectos fundamentais na produção agrícola familiar desse assentamento é a mudança gradativa que está ocorrendo da produção de cana para a da graviola, e conseqüentemente, a implantação da agroindústria da polpa de fruta. Essa mudança na produção constata o que Kergoat (2010) evidencia como o paradoxo da divisão sexual do trabalho “tudo muda, mas tudo permanece igual”. Isso porque com a predominância da cultura da cana o homem era responsável pelo seu plantio; enquanto cabia à mulher o papel secundário de cuidar das frutas, dos animais, dos serviços domésticos e ainda “ajudar” o marido.

A partir da produção da pasta da graviola (produção artesanal) e sua comercialização em outros municípios, o homem passou a se responsabilizar pela produção da graviola, cultura cada vez mais dominante; já a mulher, cuida das demais frutas, culturas “brancas”, dos serviços domésticos e é “ajudante” do chefe de família (colheita da graviola e produção do doce). Ou seja, a mudança da cultura na produção agrícola familiar não alterou a posição secundária da mulher na divisão sexual do trabalho nesse assentamento, reforçando sua condição subordinada na divisão social do trabalho.

Nas entrevistas realizadas com 35 famílias do assentamento a divisão social do trabalho e as condições de trabalho da mulher expressaram o princípio da separação e da hierarquização entre os homens e as mulheres na produção agrícola familiar, quando questionados sobre a posição na família, os 18 homens entrevistados se consideram chefe de família; enquanto as 17 mulheres se colocaram na condição de esposa do chefe de família.

Sobre a divisão do trabalho entre os homens e as mulheres, 25 entrevistados responderam que estava *Ótima e Boa*; enquanto 10 entrevistados, disseram que estava *Regular e Ruim*. As respostas das mulheres entrevistadas predominaram na condição

¹⁰ O Projeto Pernambuco Rural Sustentável é uma política do governo do Estado de Pernambuco, lançado oficialmente em 2012, e tem como objetivo promover o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida dos produtores rurais de base familiar de Pernambuco, devidamente organizados em entidades associativas. O Projeto deverá ser implementado no período de 6 anos, com um custo total da ordem de US\$ 135 milhões, dos quais US\$ 100 milhões serão oriundos de financiamento do Banco Mundial (BIRD). Fonte: ProRural - Número do Contrato: 030/ 2010 (0102003615 BIRD).



Boa, justificadas pela atuação do trabalho do homem no campo (trabalho pesado); enquanto os das mulheres a obrigação de cuidar da colheita das frutas, produção da horta, dos animais, da casa e ainda ajudante do marido.

E por fim, quando foram questionados sobre as condições de trabalho para as mulheres agricultoras no assentamento, 33 entrevistados consideraram *Ruim e Péssima*, e justificaram pela *falta de renda, de emprego e do trabalho pesado para elas*; enquanto dois entrevistados disseram que estava *Boa* as condições de trabalho.

Nessas condições, verifica-se que a divisão sexual do trabalho evidencia as precárias condições de trabalho da mulher, e acentua as contradições desse modelo de desenvolvimento rural que prioriza a sustentabilidade da sociedade capitalista, quando reforça a divisão sexual do trabalho, cabendo ao homem à continuidade do papel de produtor; enquanto à mulher a condição de reprodutora, já que ainda predomina a condição de exploração, dominação e opressão para as mulheres agricultoras.

5. CONCLUSÃO

O modelo de desenvolvimento rural institucionalizado pelo Estado na produção agrícola familiar com a implantação da agroindústria, mediante parceria do Poder Público com organismos internacionais, acentua a precarização do trabalho da mulher na agricultura familiar. No assentamento Frescondim a reafirmação da divisão sexual do trabalho com a mulher na condição de “ajudante” e o homem na de produtor decorre da “flexibilização” do trabalho do homem quando assume a condição de empreendedor e gestor da produção agrícola familiar.

Essa “modernização” na produção familiar não altera a condição de reprodutora da mulher agricultora, ao contrário, coloca-a em condições de regressão, já que cabe a ela a função da produção do doce da graviola, o que significa a continuidade dos serviços domésticos na agroindústria.

Sendo assim, a Política Pernambuco Rural Sustentável, institucionalizada a partir dos princípios da sustentabilidade ambiental, social e econômico e da caracterização do agricultor familiar como o empreendedor rural estabelecida pela Política Nacional da Agricultura Familiar na estrutura da sociedade capitalista, possibilita a sustentabilidade do



capital e a reprodução das desigualdades sociais entre os homens e as mulheres no meio rural.

Para a mulher é preciso que aja um posicionamento a partir de movimentos sociais de luta sobre suas condições de trabalho na divisão sexual do trabalho, já que é na condição de sujeito coletivo produtor de sentido e sujeito de sua própria história que se faz o reconhecimento da igualdade nas relações sociais de trabalho.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem do Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2011;

ANTUNES, Ricardo L. C. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaios sobre a afirmação e negação do trabalho. 2 ed. São Paulo/Boitempo, 2009;

HARVEY, David. **CONDIÇÃO PÓS-MODERNA**: Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural. 17 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008;

HIRATA, Helena. **A Precarização e a Divisão Internacional e Sexual do Trabalho**. Sociologias. Porto Alegre, ano 11, n 21, jan./jun. 2009, p. 24-41;

_____. **Relações Sociais de sexo e do trabalho**: Contribuição à discussão sobre o conceito de trabalho. Em Aberto: Brasília, 1995, ano 15, n. 65, Jan./Mar

KERGOAT, Danièle. **Dinâmica e Consustancialidade das relações sociais**. Novos Estudos: CEBRAP, 86, Março/2010, p. 93-103;

KERGOAT, Danièle; HIRATA, Helena. Novas Configurações da divisão sexual do trabalho. Cadernos de Pesquisa. V. 37, n. 132, p. 595-609, Set./Dez. 2007;



MARTINS, José de Souza. **REFORMA AGRÁRIA**: O impossível diálogo sobre a História possível. Tempo Social. Revista Sociologia. USP, São Paulo, p. 97-128, Out. 2000;

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Ângela Santana do; PERUZZO, Juliane Feix. O NOVO DESENVOLVIMENTISMO E AS POLÍTICAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA. IN.: MOTA, Ana Elizabete Mota. **As ideologias da contrarreforma e o serviço social**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

NEVES, Delma Pessanha. **Agricultura familiar**: questões metodológicas. Reforma Agrária, Campinas, v. 25, n. 2 e 3, p. 21-36, maio-dez/1995;

NETTO, José Paulo. **Crise do capital e consequências societárias**. Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n. 111, p. 413-429, jul./set. 2012;

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. **O mundo rural como um espaço de vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e a ruralidade. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009;

_____. **A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil**. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 2, p. 29-37, jul./dez. 2000.